

Brasília, 12 de fevereiro de 2026.

## **O PL 6170/2025: O ROLO COMPRESSOR DO GOVERNO E DA CÂMARA AOS SERVIDORES**

A aprovação sumária do Projeto de Lei nº 6170/2025 na Câmara dos Deputados (não passou por nenhuma comissão para discussão e o relator não recebeu nenhuma emenda, indo direto para votação em plenário), mostra a face autoritária da gestão pública e a submissão preocupante do Legislativo às imposições fiscais do Governo Federal. Sob o pretexto de "modernização" e cumprimento de acordos de greve, o que se viu foi o desvirtuamento de conquistas históricas, realizado por meio de um regime de urgência que silenciou as bases e ignorou as especificidades da educação federal.

### **O Estelionato contra os Aposentados**

O ponto mais crítico da atuação do Governo e da Câmara foi a transformação do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) em uma ferramenta de segregação. Ao enviar e aprovar um texto que exclui aposentados e pensionistas, o Governo Federal quebra o princípio da paridade e da dignidade da carreira.

A manobra: A Câmara, ao rejeitar sumariamente emendas que estenderiam o RSC aos aposentados, agiu como um braço burocrático do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), priorizando o superávit fiscal em detrimento da justiça social com quem dedicou décadas à educação pública.

### **O Desmonte da Jornada Flexibilizada**

A Câmara dos Deputados também chancelou o retrocesso na jornada flexibilizada. O texto aprovado impõe amarras burocráticas que desconsideram a natureza do trabalho em hospitais universitários, laboratórios de pesquisa e unidades de TI e na maioria dos setores das IFE.

A intransigência: Ao não aceitar emendas de plenário que atenuariam esses danos, o relator e o colégio de líderes demonstraram um profundo desconhecimento — ou descaso — com o funcionamento real das universidades e institutos federais, engessando o serviço público e prejudicando diretamente o atendimento à sociedade.

### **Um Pacto contra o Servidor**

A rapidez com que o PL 6170 atravessou a Câmara não foi um sinal de eficiência, mas de uma estratégia deliberada para impedir a mobilização popular. O Governo Federal falhou em honrar o espírito dos acordos de 2024, enviando um projeto "desidratado", e a Câmara dos Deputados, por sua vez, abdicou de seu papel de mediadora para atuar como mera carimbadora de cortes de direitos.

Este cenário deixa explícito que, para o Estado, o servidor público da educação é visto apenas como um número em uma planilha de ajustes, enquanto a qualidade do serviço público e a valorização da carreira são sacrificadas no altar da conveniência política.

### **FASUBRA PARTICIPA DO LANÇAMENTO DO LIVRO: "SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL: 90 ANOS DE HISTÓRIA, LUTAS E TRANSFORMAÇÕES."**

A direção da FASUBRA Sindical participou, nesta terça-feira, 10 de fevereiro de 2026, do lançamento do livro "Salário Mínimo no Brasil: 90 anos de História, Lutas e Transformações", atividade que também marcou a celebração dos 20 anos da Política de Valorização do Salário Mínimo.

O evento constituiu um momento fundamental de resgate da memória histórica, de reconhecimento das lutas da classe trabalhadora e de reafirmação do papel do salário mínimo como um dos principais instrumentos de distribuição de renda, justiça social e valorização do trabalho no Brasil. Ao longo de seus 90 anos de existência, o salário mínimo foi resultado direto da organização e da mobilização social, consolidando-se como um direito essencial para a garantia de condições mínimas de vida digna.

Nos últimos 20 anos, a Política de Valorização do Salário Mínimo demonstrou, na prática, sua importância para a sociedade brasileira, ao contribuir para o aumento do poder de compra, a redução das desigualdades sociais e o fortalecimento da proteção social, impactando positivamente não apenas os trabalhadores que recebem o piso, mas toda a economia e as políticas públicas vinculadas a ele.

As intervenções realizadas durante o lançamento destacaram o papel histórico das mobilizações a partir da década de 1930, que culminaram na institucionalização do salário mínimo em 1936. No entanto, também apontaram para a necessidade urgente de atualizar o debate, diante das profundas transformações em curso no mundo do trabalho.

A FASUBRA Sindical reafirma que, em um cenário marcado pela precarização, pela uberização, pela flexibilização dos direitos e pela expansão de modalidades de trabalho remoto e híbrido, impulsionadas pelo avanço tecnológico, o salário mínimo precisa seguir sendo um instrumento de enfrentamento às desigualdades e de garantia de direitos. Valorizar o salário mínimo hoje significa defender condições reais de vida, trabalho e dignidade para a classe trabalhadora, frente às novas formas de exploração.

Defender a política de valorização do salário mínimo é, portanto, reafirmar um projeto de país comprometido com a justiça social, a valorização do trabalho e a construção de um futuro com mais igualdade e direitos para o povo brasileiro.

## **FASUBRA PARTICIPA DE REUNIÃO COM O SINASEFE**

Foi realizada na tarde desta terça-feira (10), na sede da FASUBRA Sindical, em Brasília (DF), uma reunião com representantes do SINASEFE, com o objetivo de alinhar ações políticas e estratégias de mobilização conjunta entre as entidades.

Entre os principais pontos da pauta, destacou-se o planejamento da Conferência Antifascista, que será realizada no mês de março, no estado do Rio Grande do Sul. A atividade tem como proposta fortalecer o debate político e a organização coletiva em defesa da democracia, dos direitos sociais e da educação pública.

Outro tema central da reunião foi a construção de uma campanha nacional em defesa do serviço público, que contará com a participação de todas as entidades (FASUBRA, Sinasefe e Andes). A proposta é que a campanha tenha caráter permanente ao longo de todo o ano de 2026, articulando ações políticas, comunicacionais e de mobilização social.

Para garantir unidade e maior alcance da iniciativa, foi encaminhado que a assessoria de comunicação das entidades irá se reunir para definir os eixos, estratégias e linguagem da campanha, na busca de atuação integrada e eficaz.

O primeiro eixo será a valorização das servidoras e dos servidores e o enfrentamento à precarização do serviço público, reafirmando o compromisso das entidades com a defesa de condições dignas de trabalho e de um serviço público de qualidade para a população.

## **TERCEIRO ENCONTRO NACIONAL DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS**

Aconteceu no dia 28/11/2025, na sede do Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP (STU), em Campinas (SP), o Terceiro Encontro Nacional das Universidades Estaduais, promovido pela FASUBRA Sindical, conduzido pelos coordenadores das Estaduais: João Daniel de Moura e Agar Pereira. A atividade reuniu representantes sindicais, técnicos-administrativos e pesquisadores de diversas instituições, consolidando-se como espaço estratégico de trocas de experiências, análise conjuntural e construção coletiva de pautas comuns aos trabalhadores das universidades estaduais

No primeiro momento, os debates se concentraram no processo de autarquização da área da saúde da Unicamp e de outras instituições estaduais. As discussões partiram de uma análise comparativa com o histórico de implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) nas universidades federais, permitindo avaliar impactos sobre a gestão, os serviços, as relações de trabalho e a autonomia universitária. Os participantes destacaram a importância de compreender os efeitos desses modelos para subsidiar ações de resistência e propostas alternativas.

No segundo momento, as mesas de debate abordaram temas relativos à carreira dos técnicos-administrativos, à reforma administrativa em curso e à conjuntura nacional. A FASUBRA apresentou o modelo de carreira concebido pela federação e defendido para

todos os trabalhadores da educação— tanto da rede federal quanto da estadual e municipal —reafirmando a necessidade de políticas de valorização e isonomia para os trabalhadores. Também foi apresentada a experiência de carreira da Universidade Estadual da Paraíba, o que ampliou o debate sobre modelos possíveis e boas práticas no serviço público.

Um dos momentos de maior destaque foi a mesa de análise de conjuntura, que contou com as participações do professor Ricardo Antunes, de Marcelo Rosa e de João Raimundo Mendonça de Souza. No debate com os trabalhadores técnico-administrativos e demais representantes sindicais presentes, a discussão foi muito produtiva e rica em informações importantes para o conhecimento dos participantes. O professor Ricardo discutiu processos de avaliação nas universidades, relacionando-os às transformações no mundo do trabalho e às pressões externas sobre as instituições públicas de ensino.

Após os debates, os trabalhadores presentes no encontro propuseram ações a serem promovidas pela federação, por meio da Coordenação das Estaduais:

1. Criação de espaço nos meios de comunicação da FASUBRA para publicações sobre as universidades estaduais;
2. Destinação de espaço nas plenárias nacionais para reuniões dos trabalhadores das estaduais;
3. Realização de um encontro anual das estaduais.

## ORIENTAÇÕES PARA DEFLAGRAÇÃO DA GREVE

A Direção Nacional, seguindo a deliberação da Plenária, orienta:

- 1) as entidades a colocarem na pauta das assembleias, deflagração de greve conforme indicativo;
- 2) as entidades informem a decisão das assembleias em relação a aprovação da deflagração de greve no dia 23 de fevereiro, **até 20 de fevereiro**, para construção do quadro demonstrativo das decisões;
- 3) em caso de resolução da categoria, for greve nacional, o **Comando Nacional de Greve se instalará em 02 de março de 2026**;
- 4) as entidades devem comunicar imediatamente às Reitorias e demais órgãos competentes, conforme especificidade de cada entidade, sobre o resultado da assembleia em relação ao indicativo de greve;
- 5) as entidades a buscarem apoio junto aos parlamentares, **principalmente no período de 02 a 27 de fevereiro**, na tentativa de pressão pelo Cumprimento Integral do Termo de Acordo nº 11/2024.

<b>CALENDÁRIO 2026</b>	
<b>FEVEREIRO</b>	
<b>23</b>	<b>Indicativo de Greve</b>
<b>24</b>	<b>1ª Reunião Extraordinária da Mesa Setorial de Negociação Permanente no âmbito do Ministério da Educação - MSNP- MEC</b>
<b>MARÇO</b>	
<b>26 a 29</b>	<b>I Conferência Antifascista</b>